

**10%**  
**É**

**DESRESPEITO!  
PROFESSOR  
VALE MAIS!**



## EDITORIAL

## CAR@ COLEGA

## DIRETORIA

A diretoria da AdUFRJ recebeu com perplexidade a informação de que o governo federal ofereceu apenas 1% de reajuste para 2024. A proposta é inaceitável e dificulta o diálogo com os servidores públicos federais, cujo índice de perdas ultrapassa os 30%.

De acordo com analistas da área econômica das entidades do funcionalismo federal, haveria margem fiscal para um percentual próximo de 9%. Economistas consultados pela diretoria da AdUFRJ informaram, ainda, a expectativa de que a proposta girasse em torno de 5%. Justamente por isso, o anúncio do governo gerou frustração e indignação entre os sindicatos reunidos na Mesa Nacional de Negociação Permanente desta terça-feira (29).

Durante dois finais de semana, a AdUFRJ esteve representada em Brasília, na reunião do setor das Instituições Federais de Ensino.

Mas foram, infelizmente, dias de debate inócuo, que se limitou a discutir percentuais de perdas ao invés de debater com profundidade um índice factível com o cenário fiscal. Por diversas vezes manifestamos nosso incômodo sobre este tema.

A diretoria da AdUFRJ reitera seu compromisso na defesa intransigente dos direitos dos professores da UFRJ e atuará intensamente para que o governo reveja o percentual de reajuste para o ano que vem.

Nas próximas reuniões, governo e representantes dos servidores vão debater pautas salariais e não salariais. No dia 1º de setembro, o governo promete apresentar as primeiras dez mesas setoriais — reivindicação que a AdUFRJ apresentou ao ministro Camilo Santana e à secretária de Educação Superior, Denise Pires de Carvalho.

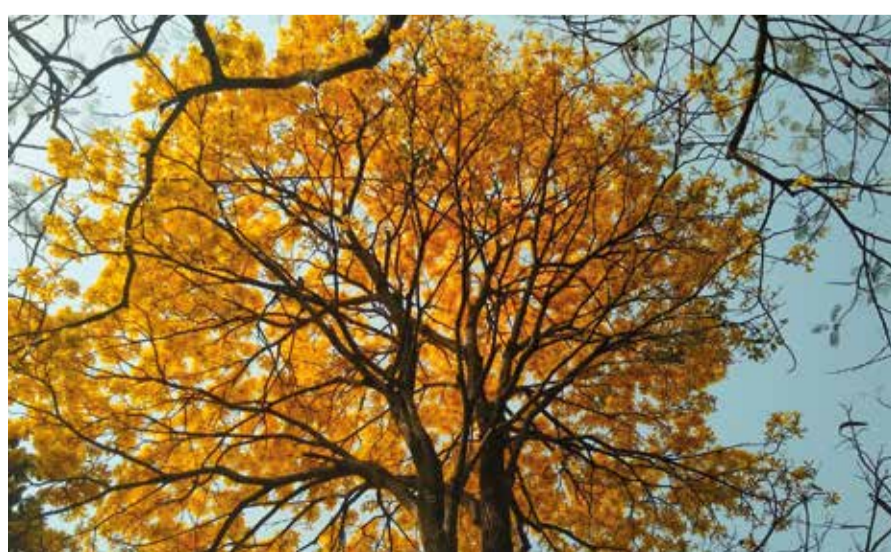
As primeiras mesas já anunciadas são dos técnicos administrativos em Educação, policiais federais e policiais rodoviários federais.



COUA/PU

## PRIMAVERA ANTECIPADA NOS JARDINS DO FUNDÃO

A Prefeitura Universitária divulgou em seu site as belas imagens da floração de ipês no campus do Fundão. Essas árvores podem ser vistas na avenida Pedro Calmon, próximo à Faculdade de Letras; na Rua Paulo Emídio Barbosa, próximo à Ponte do Saber e à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; na Avenida Horácio Macedo, entre a Faculdade de Letras e o LADETEC; em frente às quadras de Rugby da Escola de Educação Física e Desportos; e no estacionamento do CCS.



## CONVÊNIOS

Os professores filiados à AdUFRJ contam com um setor de convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas (veja relação abaixo). A proposta é oferecer descontos em estabelecimentos como escolas, cursos, academias, clínicas estéticas e de saúde, entre outros. Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com Meriane, no tel: (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufrrj.org.br.

## RIO DE JANEIRO



IBEU



CLUB PET



MAPLE BEAR TIJUCA



MIT CUIDADORES



ACADEMIA TIJUCA FIT



MADONA CLINIC

Psicare PSICARE



FISIOTERAPIA RJ LTDA



CRECHE AMANHECENDO



CRECHE ESCOLA RECRIAR



CESTA CAMPONESA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS



ROÇA URBANA ORGÂNICOS



JC LUZ CORRETORA



FLORA ENERGIA SUSTENTÁVEL



BAUKURS CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS



ESCOLA ALFA



CLÍNICA ESTAÇÃO CORPORAL



HUMANA CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR



MAIS FITNESS ACADEMIA



CORPUS CENTRO DE QUALIDADE DE VIDA



RIO DE JANEIRO E MACAÉ



INSPIRE ENERGIA SOLAR



KALUNGA PAPELARIA



DROGARIA RAIA

## “O PROFESSOR VALE MAIS QUE 1%”

“Essa proposta é absolutamente inaceitável”, critica o professor Ricardo Medronho, 2º vice-presidente da AdUFRJ. Índice foi apresentado pelo governo no dia 29 aos servidores federais

SILVANA SÁ  
silvana@adufrrj.org.br

Um por cento. Esse é o percentual de reajuste salarial, para o ano que vem, sinalizado pelo governo federal aos servidores do Executivo. O índice equivale ao montante de R\$ 1,5 bilhão, já separado no orçamento para todo o funcionalismo e poderá ser destinado, inclusive, a novos concursos. A proposta foi apresentada pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) e rechaçada pelos sindicatos e centrais que participavam da Mesa Nacional de Negociação Permanente no dia 29 de agosto.

A diretoria da AdUFRJ recebeu a notícia com perplexidade. “É absolutamente inaceitável essa proposta de 1%”, criticou o 2º vice-presidente, professor Ricardo Medronho. “Isso, infelizmente, me lembra FHC que, depois de anos sem reajustar o funcionalismo, quando foi obrigado judicialmente a dar um aumento, deu 1%”, comprou o docente ao lembrar a década de 1990, uma das piores – depois de Bolsonaro – para os funcionários públicos do Executivo federal.

Quem também criticou duramente o percentual foi o Fonacate – o fórum dos servidores das carreiras típicas de Estado. “Falar em 1% para quem tem perdas acumuladas superiores a 30% é uma afronta a 1,2 milhão de servidores ativos, aposentados e pensionistas, muitos endividados pelo congelamento

salarial imposto nos últimos anos”, disse o presidente da entidade, Rudinei Marques. “Seria melhor o governo apresentar uma proposta minimamente razoável”, concluiu.

Mas não dá mais tempo. O prazo para envio da Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) terminou neste dia 31 de agosto e não houve indicação de que o governo voltaria atrás ou ampliaria o valor reservado aos servidores no orçamento já para a PLOA. Durante a reunião com os sindicatos, o representante do MGI, Paulo Feijó, chegou a dizer que o percentual pode ser ampliado se houver superávit no ano que vem. Essa indicação, no entanto, não fez parte da PLOA.

A proposta segue para o Congresso com previsão de déficit zero nas contas públicas, informou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet também garantiu, no dia 30, que o governo Lula indicará na PLOA a meta de déficit primário zero. “Foi uma decisão unânime da Junta de que nós iríamos mandar o Orçamento com a meta fiscal zero. Não estamos encaminhando nenhuma mensagem modificativa à Lei de Diretrizes Orçamentárias”, afirmou a ministra. A Junta de Execução Orçamentária é um órgão integrado por Tebet e pelos ministros da Fazenda, Fernando Haddad; Gestão e Inovação, Esther Dweck; e da Casa Civil, Rui Costa.

Vice-presidente da AdUFRJ,

Uma vez que conhecemos as perdas, deveríamos ter um estudo sobre que índice de reajuste pediríamos

MAYRA GOULART  
Vice-presidente da AdUFRJ

a professora Mayra Goulart lembrou que faltou a setores do funcionalismo, sobretudo ao Andes, a apresentação de um índice de reajuste factível com a realidade fiscal do país. “Ao invés de discutirmos um percentual ancorado em dados fiscais, o Andes forçou o debate apenas na apuração das perdas acumuladas”, criticou.

Os servidores foram divididos em dois grandes grupos de perdas. Um, que acumula 53,05% de defasagem. Outro, com 39,82%. Os professores federais fazem parte do segundo grupo. “Uma vez que conhecemos as perdas, deveríamos ter um estudo sobre que índice de

reajuste pediríamos na mesa. Durante dois finais de semana apontamos esse incômodo ao Andes e não fomos ouvidos”, reclamou a docente. “O governo não tinha um parâmetro, nada que pudesse balizar a negociação”, ponderou.

Mayra destacou, ainda, a falta de proatividade do sindicato nacional, que esperou a semana da apresentação da PLOA ao Congresso para conhecer que proposta o governo faria aos trabalhadores. “Essa postura não nos parece agregadora, nem preocupada com os interesses da categoria. Parece uma política do ‘quanto pior, melhor’”, finalizou.

## ADUFRJ PARTICIPA DE MANIFESTAÇÃO CONTRA PROPOSTA DO GOVERNO

Representantes dos sindicatos de servidores federais realizaram uma panfletagem no fim da tarde de quinta-feira, 30 de agosto, na Praça XV. A mobilização aconteceu um dia depois de o governo federal propor apenas 1% de reajuste ao funcionalismo em 2024. Os servidores do Executivo

acumulam perdas salariais superiores a 38%.

A diretoria da AdUFRJ foi representada pela presidente, a professora Nedir do Espírito Santo. “A movimentação é importante para sensibilizar a sociedade, pressionar o Congresso e dar início a um conjunto de mobilizações”, disse.

Sintufrrj, Andes, AdUFF e Sindiscope (Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II) também participaram do protesto. “No início do ano, logo depois da posse, o governo reconheceu a perda sofrida por diversas categorias. Agora, recebemos só 1%”, disse Esteban Crescente, representante do Sintufrrj. “Um por cento é inaceitável”, lamentou Luis Sérgio Ribeiro, coordenador do Sindiscope. “Ficou claro que o governo não tem interesse em restituir salário ou valorizar a carreira.” (Igor Vieira)



IGOR VIEIRA



# AdUFRJ reivindica mudanças nas progressões docentes

> Diretores e assessoria jurídica do sindicato solicitam ao reitor Roberto Medronho a revisão das normas do Conselho Universitário para autorizar a volta das progressões múltiplas na carreira

KELVIN MELO  
kelvin@adufrrj.org.br

Na primeira reunião com o reitor Roberto Medronho, a diretoria da AdUFRJ reivindicou a mudança das resoluções da universidade que prejudicam as progressões e promoções docentes. Durante o encontro, no dia 29, o dirigente da UFRJ recebeu da assessoria jurídica do sindicato as explicações que respaldam a demanda.

A mais recente delas é um movimento de revisão das normas pela própria Advocacia-Geral da União, concordando com a progressão múltipla e reconhecendo os efeitos financeiros das progressões a partir da data do requerimento do professor, conforme divulgado na edição anterior do Jornal da AdUFRJ. “A AGU ainda não avançou no tema conforme determina o Poder Judiciário, mas os sinais de que pretende rever as regras são bem-vindos”, analisou o advogado da AdUFRJ, Renan Teixeira. O Poder Judiciário já tem decisões favoráveis aos docentes. Essas decisões entendem que os efeitos financeiros das progressões ocorrem quando o docente cumpriu, no mínimo, 24 meses de trabalho naquele estágio da carreira, e alcançou pontuação mínima para avançar de nível.

A revisão agora sinalizada pela AGU ainda não contempla a interpretação da AdUFRJ, de que a progressão deve ocorrer na data em que o docente fizer jus ao direito, e não na data do pedido em si. Na universidade, após resolução do Consuni aprovada no final do ano passado, os efeitos da progressão ou da promoção só são concedidos a partir da data da aprovação da



FOTOS: ALESSANDRO COSTA

banca avaliadora.

“A comissão é soberana para dizer se o professor foi aprovado ou não naquele interstício. Se disser não, é não. Mas, se disser sim, está aprovando uma situação que já ocorreu”, disse Renan Teixeira. “O ato de aprovação da banca é a declaração de um direito que o professor já constituiu há anos ou meses”.

O reitor prometeu levar a discussão do tema ao Conselho Universitário. “Precisamos do parecer final da AGU. Podemos deixar as coisas adiantadas na Comissão de Legislação e Normas do Consuni e, depois, colocamos no plenário do colegiado”, respondeu.

A presidente da AdUFRJ, professora Nedir do Espírito Santo, avaliou a reunião de forma positiva: “Vimos o comprometimen-

to do reitor em levar essa revisão ao Consuni assim que chegar o parecer definitivo da AGU”.

## MESA DE NEGOCIAÇÃO

Ainda na reunião do dia 29, o reitor reafirmou uma promessa de campanha: a realização de mesas de negociação. “Vamos debater com as entidades de docentes, técnicos, estudantes, e tercerizados, todas as grandes questões da universidade antes de levá-las ao Consuni”, explicou. “Vamos tentar esgotar ao máximo a negociação”, afirmou o reitor. “Teremos as divergências, mas esse é um lugar onde devem vencer os melhores argumentos. Não vamos nos submeter a qualquer atitude de força para evitar que alguma decisão seja tomada. A votação ocorrerá”.



“Nós achamos essa medida positiva. Há o reconhecimento da importância de cada setor na construção da universidade,

**O REITOR**, que é epidemiologista, já tinha um botton do Zé Gotinha feito pela AdUFRJ, mas pediu mais um. O broche integra a campanha do sindicato pela vacinação e está à disposição de todos os interessados na sede da AdUFRJ no Centro de Tecnologia.

mostrando uma posição democrática”, avaliou a presidente da AdUFRJ, professora Nedir do Espírito Santo.

## SINDICATO QUER DESBUROCRATIZAÇÃO DOS PROCESSOS FUNCIONAIS

KELVIN MELO



tendência dos procuradores.

Mas a ideia da AdUFRJ não é ficar só na revisão da norma.

Além da revisão da regulamentação, a AdUFRJ quer desburocratizar os processos internos

de progressão e promoção. “No IFCS, temos que juntar todos os comprovantes. Até mesmo a portaria de nomeação”, criticou a vice-presidente do sindicato, professora Mayra Goulart. O professor Ricardo Medronho lembrou que a UFRJ já foi pioneira em informatização das atividades acadêmicas. “Paramos no tempo. Hoje, por exemplo, a UFRN está muito à nossa frente. E não é só ela”.

Assessoria da pró-reitora, Maria Tereza Ramos concordou com as observações dos docentes. “É mais um problema

de falta de pessoal para desenvolver (esse sistema)”, lamentou.

## REQUERIMENTOS

A assessoria jurídica da AdUFRJ também solicitou informações à PR-4 para localizar docentes que tenham direito aos atrasados da ação dos 3,17% (de 1995 a 2001), além de aposentados que teriam direito a retribuição financeira por eventuais licenças-prêmio não aproveitadas quando estavam na ativa.

# Marco temporal é retrocesso a direitos de povos indígenas

> Julgamento pelo STF de caso de Santa Catarina vai definir entendimento para todo o país, onde mais de 300 processos aguardam a decisão. UFRJ e entidades científicas expressam repúdio à tese

ALEXANDRE MEDEIROS  
comunica@adufrrj.org.br

Estavam aqui bem antes de qualquer invasão, ocupavam livremente o território do litoral ao interior, mas foram gradativamente expulsos pela colonização. Agora correm o risco de perder as poucas áreas demarcadas onde vivem — e que estão sob permanente ameaça de garimpeiros, grileiros, madeireiros, fazendeiros, mineradoras e outros invasores. Os povos indígenas lutam agora para “provar” que estavam onde estão antes de 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição. A esdrúxula tese do marco temporal está em tramitação no Congresso — foi aprovada na Câmara e deverá ser avaliada no Senado neste segundo semestre — e em julgamento no Supremo Tribunal Federal.

A análise no STF foi retomada esta semana e, até o fechamento desta edição, o placar indicava 3 a 2 contra o marco temporal. Os ministros Edson Fachin (relator), Alexandre de Moraes e Cristiano Zanin se pronun-

ciaram contrários à tese. Já os ministros Nunes Marques e André Mendonça — ambos indicados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, um notório opositor à demarcação de terras indígenas — votaram a favor do marco temporal.

O julgamento no Supremo tem como base a criação, em 2003, da terra indígena Ibirama-Laklãnô. Parte da área demarcada está ocupada por indígenas da etnia xokleng, mas é disputada por agricultores e está sendo requerida pelo governo de Santa Catarina sob o argumento de que não estava ocupada em 5 de outubro de 1988. Os indígenas sustentam que a terra estava desocupada na ocasião porque eles haviam sido expulsos de lá — como tantas aldeias Brasil afora. A decisão do STF é fundamental porque terá repercussão geral e firmará o entendimento sobre a validade ou não do marco temporal em todo o país. Estima-se que mais de 300 processos de demarcação de terras indígenas estejam pendentes à espera dessa definição.

Em seu voto contrário ao marco temporal, o ministro Alexan-



**Retroceder normas para a demarcação de terras indígenas representa um passo atrás nas garantias democráticas”**

NOTA SOBRE MARCO TEMPORAL  
Reitoria da UFRJ

dre de Moraes introduziu uma modulação, a de que produtores rurais e outros proprietários, em casos comprovados de boa-fé, seja indenizados pela União para desocuparem terras indígenas a serem demarcadas.

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) criticou a modulação introduzida por

Moraes, rejeitando eventuais indenizações. “Não é possível disponibilizar ou vender terras indígenas, vez que não possuem valor comercial e não estão sujeitas a qualquer tipo de desapropriação, mas sim, demarcação, mediante a nulidade e extinção dos negócios de compra, venda e exploração envolvendo terras indígenas, sem direito à indenização”, sustentou a Apib por meio de nota sobre o voto de Moraes. A possibilidade de indenização também foi contestada pela Advocacia-Geral da União (AGU).

Os votos de Edson Fachin e de Nunes Marques são bem elucidativos quanto aos argumentos contrários e favoráveis à medida. Nunes Marques afirmou em seu voto que, sem o marco temporal, “soberania e independência nacional estariam em risco”, que a posse tradicional não poderia ser confundida com “posse imemorial” e que a tese traria “segurança jurídica”.

Já o voto de Fachin destaca que a proteção constitucional aos direitos dos povos indígenas independe de um marco temporal. Trata-se, segundo Fachin, de um direito originário, “anterior

à própria formação do Estado”.

Na quarta-feira (30), a reitoria da UFRJ divulgou uma nota manifestando solidariedade aos povos indígenas e expressando a esperança de que o STF rejeite o marco temporal. “Retroceder normas para a demarcação de terras indígenas representa um passo atrás nas garantias democráticas e republicanas de um ordenamento jurídico-legal baseado na justiça e reconhecimento das melhores tradições, das experiências históricas e das evidências científicas que compõem o vasto acervo de conhecimentos, saberes e práticas que nos identificam como brasileiros e brasileiras”, diz um dos trechos na nota.

As associações científicas brasileiras também emitiram uma nota conjunta rechaçando a tese e alertando para o risco que ela trará aos povos indígenas caso seja confirmada (veja abaixo a íntegra da nota). A Associação Brasileira de Antropologia (ABA), uma das entidades signatárias da nota, é amicus curiae no processo que corre no STF e contribuiu com robustos estudos sobre o caráter tradicional das terras indígenas do país.

## ASSOCIAÇÕES CIENTÍFICAS: ‘ELAS DECIDEM O QUE NÓS, BRASILEIROS, SOMOS’

As entidades abaixo assinadas vêm mais uma vez a público alertar a sociedade brasileira para a profunda injustiça que pode ser cometida nos próximos dias, caso a esdrúxula tese do “Marco Temporal” seja aprovada, no Congresso ou no Supremo Tribunal Federal, retirando dos indígenas o direito que a Constituição de 1988 lhes reconhece às terras que ocupam tradicionalmente.

A Constituição Federal foi muito clara a este respeito, mas há alguns anos se propala a estranha ideia de que terras ocupadas “tradicionalmente” pelos povos indígenas seriam apenas aquelas que estavam sob sua posse na data da promulgação da Carta Magna. É claro que, neste caso, não seriam terras tradicionais!

Nova sessão está marcada para esta quarta-feira, 30 de agosto de 2023. As questões, os argumentos e a rejeição à tese apresentados pelas associações científicas permanecem. No entanto, o contexto mudou. No Supremo Tribunal Federal, em sessão realizada em junho de 2023, o Ministro Alexandre Moraes apresentou um voto contra a tese do marco temporal. E introduziu uma novidade: a indenização do valor da terra nua, na forma de indenização prévia, nos casos de boa-fé dos ocupantes não indígenas. Este voto, apesar de negar a tese absurda do marco temporal, traz,

porém, o risco de que os processos demarcatórios, já longos na sua efetivação, estendendo-se por décadas quando judicializados, tenham agora que depender de recursos orçamentários para se indenizar o valor da terra nua, previamente à desintrusão dos não indígenas.

O esbulho territorial sofrido pelos povos indígenas e a injustiça no acesso aos seus territórios no Brasil não é um tema novo, e constitui parte da formação da nação brasileira e das suas desigualdades sociais, e dos persistentes conflitos agrários e violentos no campo. Os povos indígenas não são os promotores das injustiças sobre o acesso à terra em nosso país, mas suas principais vítimas. Reconhecer os seus direitos e modos de ocupação territoriais segundo seus usos, costumes e tradições é um passo necessário no sentido do respeito constitucional e da garantia de direitos em nosso país.

No Congresso Nacional, antecipando-se à retomada do julgamento pela Suprema Corte, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, com forte representação da bancada ruralista, seguindo decisão já

tomada pela Câmara dos Deputados em maio passado, votou, no dia 23 de agosto, pela aprovação da tese do marco temporal (Projetos de Lei 2.903/2023 e 490/2007), acrescentando sérios problemas e impedimentos para o reconhecimento e demarcação das terras indígenas no país. O Ministério Público Federal já alertou para a inconstitucionalidade do PL e os riscos relacionados à proteção dos direitos dos povos indígenas com sua eventual aprovação.

Essa decisão do Congresso, que regulamentaria o marco temporal, à revelia de uma discussão com os próprios indígenas, infringe o direito à consulta prévia, livre e informada, garantida pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, segundo a qual os povos indígenas e tribais têm que participar do processo de tomada de decisões administrativas e jurídicas que os afetem diretamente. Ademais, levanta feridas antigas que sugerem um tipo de poder autocrático encarnado em novo “coronelismo, enxada e voto”, já analisado por Victor Nunes Leal, ex-membro do STF, cassado pela ditadura militar.

As associações científicas

seguem confiantes no respeito, pela Suprema Corte e pelo processo legislativo, aos princípios democráticos de nossa Constituição. Estas decisões não tratam apenas dos povos indígenas: elas decidem o que nós, brasileiros, somos. Somos um povo que respeita os direitos de todos, inclusive dos mais antigos ocupantes de nosso solo, um povo que se dispõe a reparar os esbulhos e injustiças que padeceram? É o que esperamos.

30 de agosto de 2023.

Associação Brasileira de Antropologia (ABA)

Academia Brasileira de Ciências (ABC)

Academia Brasileira de Ciência Política (ABCP)

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)

Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS)

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)





## CONHEÇA OS PROGRAMAS DAS DUAS CHAPAS QUE DISPUTAM A ADUFRJ

### CHAPA 1 – VALORIZAÇÃO & INCLUSÃO



**MAYRA GOULART**  
Presidente

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS)



**NEDIR DO ESPIRITO SANTO**  
1º Vice-presidente

Instituto de Matemática



**ANTONIO MATEO SOLÉ CAVA**  
2º Vice-presidente

Instituto de Biologia



**VERONICA MIRANDA DAMASCENO**  
1ª Secretária

Escola de Belas Artes



**RODRIGO NUNES DA FONSECA**  
2º Secretário

Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade (Nupem)



**KAREN SIGNORI PEREIRA**  
1ª Tesoureira

Escola de Química



**MARCIO MARQUES SILVA**  
2º Tesoureiro

Instituto de Nutrição

**“Nosso compromisso é com @s docentes. Pretendemos pressionar a reitoria para que tenhamos progressões e adicionais de insalubridade respeitados... É fundamental ampliar as lutas, as articulações e o diálogo com diferentes setores da sociedade para que tenhamos as perdas salariais recompostas... Daremos continuidade às dinâmicas iniciadas nas gestões anteriores, que buscaram reinventar o sindicalismo sob a forma de um movimento docente para além das dicotomias”.**



### CHAPA 1 VALORIZAÇÃO E INCLUSÃO UM MOVIMENTO DOCENTE PARA TOD@S

As últimas gestões da ADUFRJ têm sido pioneiras na construção de um sindicalismo diferente, que combina luta em defesa dos nossos direitos com a responsabilidade pelo papel social que cumpre a universidade pública.

Nossa chapa se alinha às ideias desse grupo que, desde 2015, busca novas formas de atuação na construção de um movimento docente para além do sindicalismo tradicional, uma vez que vai além das reivindicações trabalhistas e pensa a Universidade como um todo a ser defendido. Defendemos uma atuação estratégica que almeja ampliar os espaços de diálogo. Rechaçamos o sectarismo daqueles que, ao manter uma posição contínua e irresponsável de enfrentamento, logram apenas o fechamento de portas que auxiliariam na representação e avanço dos direitos dos professores e professoras.

#### CARREIRA DOCENTE

É fundamental ampliar as lutas, as articulações e o diálogo com diferentes setores da sociedade para que tenhamos as perdas salariais recompostas. Por este motivo, acreditamos na importância da atuação junto às demais categorias em uma frente única de negociação.

Queremos que a carreira docente seja valorizada da mesma forma que outras carreiras de Estado, cujas remunerações são maiores mesmo para servidores com

menor formação ou tempo de carreira.

Defendemos a abertura imediata da mesa de negociação setorial para que as especificidades da nossa categoria sejam discutidas, não apenas em termos salariais, mas também em termos de condições de trabalho no tocante à infraestrutura da universidade.

#### JOVENS PROFESSOR@S

É preciso — e urgente — um olhar específico para os docentes em início de carreira, cujos salários estão defasados e que ainda contam com maior dificuldade para acessar financiamento para suas pesquisas.

Acreditamos que a Educação só pode ser compreendida como um sistema constituído por todas as etapas da formação (da educação básica à pós-graduação). Daí a preocupação especial com os professores das licenciaturas e do Colégio de Aplicação.

#### PROGRESSÃO E INSALUBRIDADE

Nosso compromisso é com @s docentes. Pretendemos pressionar a reitoria para que tenhamos progressões e adicionais de insalubridade respeitados. Nosso jurídico estará ainda mais atuante nessa direção.

Seremos uma diretoria ativa na defesa dos interesses das professoras e professores, sensível às suas demandas e problemas materiais e psicológicos.

#### ACOLHIMENTO E CONVÊNIO

No plano sindical, temos de enfrentar um fenômeno que permeia todos os sindicatos brasileiros, que é a queda no número de filiados. Enfrentamos, especialmente nas últimas três décadas, o resultado da disseminação de uma epistemologia neoliberal que questiona as soluções coletivas para resolução dos problemas, colocando em xeque o papel do Estado, dos partidos, mas, também dos sindicatos.

Isso gera baixa adesão dos novos trabalhadores aos instrumentos em defesa dos direitos. No caso dos docentes, a redução

da renda de aposentados e os baixos salários do início de carreira resultam na redução no número de sindicalizados.

Precisamos enfrentar essa questão com criatividade, fazendo do sindicato um espaço de acolhimento ao docente, ampliando os serviços ofertados e propiciando momentos de convivência e troca entre os docentes. Passos nessa direção já estão sendo dados, com a criação do setor de convênios, com a nova assessoria jurídica e com os eventos propiciados pela ADUFRJ, como os passeios culturais.

#### NOVAS FORMAS DE LUTA

Vamos continuar apostando em novos instrumentos de luta, como feito na campanha “Conhecimento Sem Cortes” e na construção do Observatório do Conhecimento, que criam novas frentes de atuação na sociedade civil e entre seus representantes no Parlamento e no Executivo. Queremos uma ADUFRJ protagonista dos principais debates sobre o Ensino Superior brasileiro, como temos feito com a nossa atuação em Brasília.

#### INCLUSÃO

Inclusão não é apenas ascensão econômica. É tornar representativos, visíveis e audíveis os excluídos. A inclusão de grupos marginalizados na sociedade propicia a emergência de novos saberes, novos cânones, novas elites, novas verdades, novos poderes.

É por termos um compromisso com esse projeto de inclusão que não podemos deixar que as divergências entre nós abram espaço para que os representantes de uma elite reacionária e antidemocrática bloqueie a construção de um mundo mais igualitário, um mundo com mais livros e menos armas, com mais ciência e menos intolerância.

#### REITORIA

Enxergamos a relação com a reitoria de modo diferente de nossa oposição. Não

vemos a universidade como uma fábrica e a reitoria como o patrão. Quem elege os dirigentes da universidade somos nós, quem exerce os cargos de direção são colegas nossos. Portanto, não se trata de inimigos a serem combatidos. A interpretação da relação com reitoria e governo federal como representação de uma luta de classes representa uma distorção da luta marxista tradicional. O desafio de uma universidade ainda melhor é de todos nós, e é importante, como representantes de nossa categoria, que possamos tensionar a reitoria para nossas demandas. Para tanto, nossa postura é e será propositiva e de diálogo, lutando por soluções que valorizem a carreira docente, sem abrir mão de nenhum direito.

#### GOVERNO LULA

Apoiamos e fizemos campanha para Lula, por entender que o maior desafio naquelas eleições era derrotar o fascismo representado por Bolsonaro. A UFRJ cedeu quadros que estão nas mais diversas áreas e em todos os escalões do governo, muitos deles filiados à ADUFRJ. No entanto, o governo Lula é de frente ampla, sendo necessária a constante pressão em defesa dos nossos direitos. Essa pressão deve ser exercida de forma eficiente e responsável, através da mobilização da categoria e aliada ao diálogo com dirigentes do governo, na articulação com parlamentares e na construção de alianças com entidades e movimentos.

#### DEFESA DA DEMOCRACIA

Nosso desafio, no plano geral, é similar ao dos democratas brasileiros: enfrentar o crescimento da extrema-direita, do fascismo e do negacionismo. E, ao mesmo tempo, contribuir com a reconstrução do país, que teve suas políticas públicas destruídas, que viu a fome voltar e a desigualdade crescer. Acreditamos que a universidade pública pode e deve ser motor de transformação destes desafios históricos.



## CONHEÇA OS PROGRAMAS DAS DUAS CHAPAS QUE DISPUTAM A ADUFRJ

### CHAPA 2 – MUDAR A ADUFRJ PELA BASE



**ALINE CALDEIRA**  
Presidente

Escola de Serviço Social



**CAIO MARTINS**  
1º Vice-presidente

Faculdade de Administração e Ciências Contábeis



**BIANCA PINHEIRO**  
2ª Vice-presidente

Instituto Alberto Luiz Coimbra (Coppe)



**ANDRÉ MEYER**  
1º Secretário

Escola de Educação Física e Desportos



**LETÍCIA CARVALHO**  
2ª Secretária

Colégio de Aplicação



**JORGE RICARDO GONÇALVES**  
1º Tesoureiro

Faculdade de Educação



**LUCIANA PEIL**  
2ª Tesoureira

Escola de Educação Física e Desportos

## Democracia e autonomia universitária exigem salário, carreira e condições dignas no trabalho



As eleições da Adufrj-SSind ocorrem em uma conjuntura desafiadora para as universidades públicas brasileiras e para a UFRJ em particular. As Universidades Federais tiveram uma perda de mais de R\$ 60 bilhões em seu orçamento global desde 2014 que ainda não foi reconhecido como um passivo que necessita ser enfrentado, visto a dramática deterioração da infraestrutura das instituições federais.

Os docentes tiveram perda de 40% no valor de seus salários desde 2010 que precisa ser reposta, assim como as perdas inflacionárias atuais e futuras. Em virtude da terra arrasada do governo Bolsonaro, as entidades sindicais concordaram que a reposição das perdas seria escalonada. Em 2023, a recomposição foi de 9%. A política de austeridade fiscal e monetária, também denominada austericídio, destrói empregos, políticas sociais e privatiza partes significativas do

Estado; ela constitui o “Novo Arcabouço Fiscal”. Tal política resultou na primeira proposta de correção salarial para 2024, no indescritível 1%.

Para a Chapa 2, o pior cenário para a democracia no Brasil é a institucionalização da austeridade neoliberal que manterá a desigualdade social e os baixos salários. Em todo o mundo, a austeridade é a parteira do neofascismo. O governo Lula tem sido estrangulado a sucumbir às políticas de austericídio, como o Novo Marco Fiscal. Os movimentos sociais, sindicatos, entidades democráticas devem enfrentar, organizados, a ofensiva que busca empregar o país com as políticas destrutivas de toda a forma de vida. O país necessita do SUS, de suas universidades públicas, da recuperação da infraestrutura das instituições de pesquisa.

Divergimos fortemente da atual di-

retoria da Adufrj-SSind, que tem demonstrado total incapacidade de leitura da gravidade da conjuntura política brasileira. Seu silêncio e aquiescência têm sido defendidos como requisitos da governabilidade do governo Lula, uma clássica tática “avestruz”. Acreditamos, ao contrário, que caso o governo Lula não seja interpelado de modo autônomo pelas forças democráticas, o seu governo pode não contemplar os generosos anseios da massa que o elegeu. O ressentimento tem resultado no sentimento que nutre a extrema direita mundial.

A(o)s jovens docentes enfrentam péssimas condições de infraestrutura – falta de gabinetes, laboratórios, oficinas – e sofrem também com salários do piso da carreira desatualizados; levam anos para alcançarem salários que, afinal, igualmente sofrem deterioração.

A(o)s docentes aposentada(o)s acumulam grandes perdas nas últimas décadas e alguns encontram sérias dificuldades de sobrevivência. Reajustes salariais reduzidos das classes de Assistente e Adjunto e a criação da classe de Associado só para a(o)s ativa(o)s e a criação da contribuição previdenciária da(o)s aposentada(o)s (Emenda Constitucional 41), tornaram os salários destes últimos cada vez menores em relação aos colegas ativa(o)s. Não aceitamos que os aposentados sejam desconsiderados da agenda política de nossa entidade!

Vivenciamos um cotidiano de violações aos nossos direitos às progressões, às férias e licenças capacitação, com

salas de aula lotadas e precariedade estrutural das unidades. Não faz sentido uma Adufrj conivente com ataques às nossas progressões, como vimos no parecer elaborado por um diretor da Adufrj no Consuni que comprometeu e retirou direitos de progressão dos/as docentes para não desagradar a reitoria! Progressão é DIREITO!

Queremos uma Adufrj-SSind democrática a partir da base, autônoma em relação à reitoria, ao governo federal e aos partidos, que defenda as pautas de nossa categoria, mantendo-se integrada à luta antirracista, feminista, anticapacitista, antixenofóbica e ecossocialista.

**Destacamos o eixo central do nosso programa:**

A Adufrj-SSind precisa mudar para que seja o espaço de vocalização das reivindicações da categoria e o instrumento de luta para suas conquistas.

Convidamos as/os docentes a somarem conosco no fortalecimento das lutas da categoria e da classe trabalhadora em geral, na construção de um movimento plural e diverso, baseado na democratização radical de nossa entidade na conquista e garantia de direitos no resgate das melhores tradições democráticas da Adufrj-SSind ao lado das forças vivas que lutam contra o neofascismo no país.

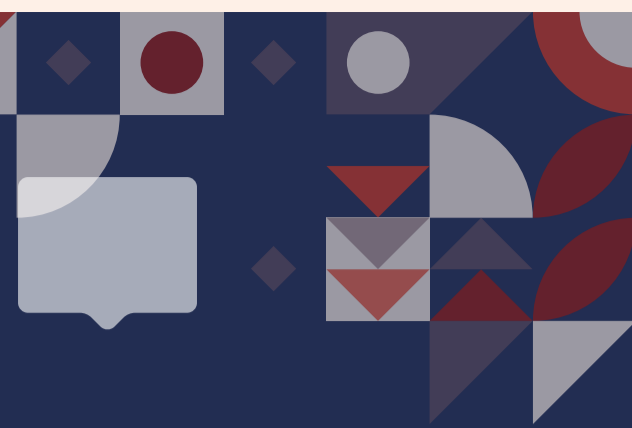
Veja o programa:  
[www.mudradufrjpelabase.com](http://www.mudradufrjpelabase.com)

Nos dias 13 e 14 de setembro, vote **Chapa 2 “Mudar ADUFRJ pela Base”**



ELEIÇÕES

AdUFRJ



13  
& 14  
setembro

**ELEIÇÃO SERÁ VIRTUAL**

**QUEM VOTA?** Professores da ativa e aposentados filiados até 14 de julho.

**COMO VOTA?** Cada sindicalizado receberá no e-mail de cadastro o link e a senha para acessar o sistema.